

Sumário

CAPÍTULO 11.....	3
CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	3
11.1. Previsão Orçamentária	6
11.2 Escritório de Projetos	7

Lista de Figuras

Figura 6 - Ciclo de elaboração da Matriz CONIF.....	5
---	---

Lista de Quadros

Quadro 146 - Projeção Orçamentária 2019-2023.....	6
---	---

CAPÍTULO 11

CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O IFRS é uma Autarquia Federal, vinculada ao MEC, e, como tal, sua Sustentabilidade financeira é viabilizada com recursos repassados pelo Tesouro Nacional. Assim, os recursos necessários para arcar com as despesas de custeio, investimentos, pessoal ativo, inativos e pensionistas são consignados anualmente no orçamento da Instituição.

O orçamento público é composto por três instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal: o plano plurianual (PPA), de nível estratégico, que estabelece a estratégia de desenvolvimento do país e possui vigência de quatro anos, sendo construído no primeiro ano de cada governo eleito; a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de nível tático, que é o norteador das prioridades anuais; a Lei Orçamentária Anual (LOA), de nível operacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para cada exercício financeiro, que tem duração de 12 meses e coincide com o ano civil. O IFRS é parte integrante do Orçamento Geral da União e, assim, obedece às regras impostas pela legislação pertinente.

As despesas do IFRS previstos na Lei Orçamentária Anual estão classificadas em três grupos de natureza de despesa: Pessoal e Encargos Sociais, Investimentos e Outras Despesas Correntes. O orçamento para despesas de pessoal é definido a partir de projeções realizadas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC). O valor disponível para as despesas de investimento tem sido definido pela SETEC/MEC. Já o valor disponível para as outras despesas correntes, de custeio da Instituição, é definido a partir da Matriz Orçamentária do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

A Matriz CONIF é a regra para a divisão do orçamento previsto para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica entre os IFs, CEFETs e Colégio Pedro II. A estrutura dessa matriz é composta por blocos, com montantes previamente definidos para cada bloco:

- *campi* pré-expansão (com mais de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC);
- *campi* expansão (com menos de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC);

- Reitoria;
- AE;
- EaD;
- Pesquisa Aplicada, Inovação Tecnológica e Extensão Tecnológica.

Para a definição do orçamento dos *campi*, são utilizadas, como base, informações referentes a matrículas, cursos e *campi* extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. A partir desse sistema são extraídos o número de matrículas de cada instituição, que, posteriormente, passam por equalização, ponderação e bonificação, chegando a uma variável chamada Matrículas Totais, conforme pode ser verificado na Figura 6

A equalização é realizada para equiparar todos os ciclos de matrículas de acordo com suas respectivas cargas horárias em relação à carga horária padrão de 800 horas anuais e 200 dias ativos do ciclo no período analisado.

Na ponderação são aplicados pesos atribuídos a cada curso sobre as matrículas equalizadas. Esses pesos dependem do número de laboratórios profissionalizantes previstos para cada curso conforme a última versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Para cursos que possuem um laboratório é atribuído peso 1,0; dois laboratórios, peso 1,5; três laboratórios, peso 2,0; quatro ou mais laboratórios, peso 2,5. Além disso, foi estipulado que todos os cursos de FIC possuem peso 1,0; Cursos de Licenciatura e PROEJA possuem peso 2,5; cursos de pós-graduação *stricto sensu*, peso 3,75.

Como última etapa, é aplicada uma bonificação de 50%, após equalização e ponderação, para cursos da área agropecuária, devido à necessidade de manutenção em condições de fazenda.

Para os *campi* pré-expansão, o valor do orçamento é proporcional às matrículas totais e para os *campi* expansão, há um piso orçamentário e um complemento por matrícula total.

O orçamento das reitorias é definido a partir do número de *campi* do Instituto.

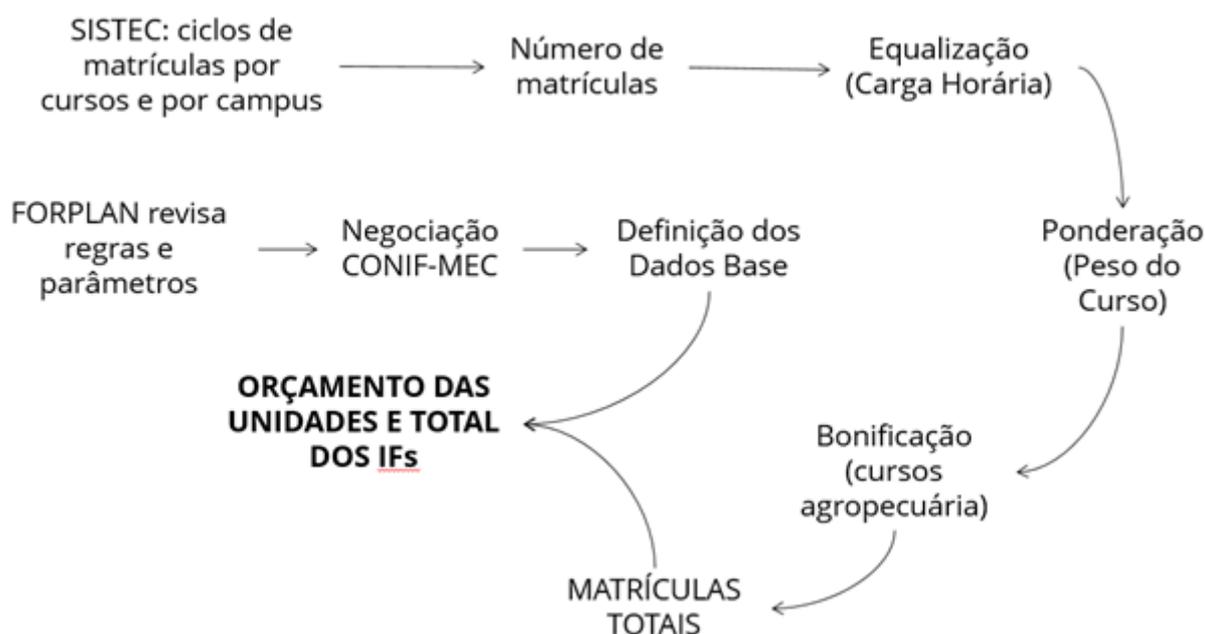


Figura 1 - Ciclo de elaboração da Matriz CONIF

Além do orçamento disponibilizado pelo Tesouro Nacional, o IFRS também possui fontes de receita própria, provenientes de aluguéis de espaços para cantinas, multas de bibliotecas, inscrições em concursos e processos seletivos e receita agropecuária. Esse orçamento é estimado por cada *campus* e pela Reitoria para cada exercício financeiro e também consta na LOA.

Por fim, para além do orçamento previsto na LOA, há possibilidade de receita extraorçamentária, que pode ser proveniente de fomento externo obtido a partir de projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional. Um dos objetivos estratégicos constantes neste PDI é justamente ampliar a captação de recursos extraorçamentários. De modo a aumentar esse tipo de receita, foi criado o Escritório de Projetos (EP), que atua como articulador entre o IFRS e organizações públicas e privadas para execução de projetos desses projetos.

11.1. Previsão Orçamentária

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
	2019	2020	2021	2022	2023
Ativos e benefícios	R\$ 349.132.578,00	R\$ 365.711.686,96	R\$ 383.584.797,57	R\$ 399.515.613,75	R\$ 415.406.186,88
Inativos e pensionistas	R\$ 23.921.144,00	R\$ 24.638.778,32	R\$ 25.377.941,67	R\$ 26.139.279,92	R\$ 26.923.458,32
Despesas Correntes	R\$ 56.389.757,00	R\$ 58.419.788,25	R\$ 60.522.900,63	R\$ 62.701.725,05	R\$ 64.958.987,15
Despesas de Capital	R\$ 5.443.423,00				
Total	R\$ 434.886.902,00	R\$ 454.213.676,53	R\$ 474.929.062,87	R\$ 493.800.041,72	R\$ 512.732.055,35

Quadro 1 - Projeção Orçamentária 2019-2023

A projeção orçamentária para 2019 das despesas com pessoal ativos, inativos, pensionistas e benefícios levou em consideração o valor constante na proposta orçamentária para 2019.

Para melhor demonstrar os gastos totais de pessoal, os benefícios obrigatórios (auxílio alimentação, auxílio funeral, auxílio natalidade, auxílio transporte, auxílio creche) e assistência médica e odontológica foram incluídos na projeção de despesas de pessoal ativo, porém, sua contabilização é realizada como despesas correntes.

Com o orçamento de 2019 e o quantitativo de pessoal projetado, foi calculado o salário médio anual de cada servidor, sobre o qual foi aplicado um percentual de 3% (obtido através do comparativo entre o orçamento 2018 e 2019). O resultado foi multiplicado pelo quantitativo de pessoal estimado, com base na projeção de pessoal docente e técnico administrativo para 2020, gerando a estimativa orçamentária para esse ano, e, assim, sucessivamente até o ano de 2023.

Para projeção de despesas correntes, foi levada em consideração a variação percentual da LOA 2018 para o PLOA 2019, que foi de 3,6%. Para as despesas de capital, foi considerado o mesmo valor para todos os anos, tendo em vista que há expectativa de acréscimo das despesas correntes em função do aumento dos gastos com terceirizados e consumíveis, sendo difícil a alocação de recursos de investimentos além desse montante. Poderá haver alteração, caso haja aporte orçamentário de investimento por parte da SETEC/MEC.

11.2 Escritório de Projetos

No intuito de estruturar e sistematizar o funcionamento do EP deverão ser consideradas as características funcionais e estruturais do IFRS, que possui 17 *campi* no Rio Grande do Sul, e a sua estrutura administrativa organizada na Reitoria e Pró-reitorias que atendem as áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento Institucional e Administração.

Considerando essa estrutura, o EP deve ser um instrumento que atue de forma sistematizada na prospecção e percepção das necessidades da comunidade e apresente de forma articulada e sistêmica soluções que atendam a essas demandas.

Dessa forma, a concepção de um EP deve pressupor a estruturação de práticas, metodologias, técnicas e ferramentas para sistematizar os principais processos que

caracterizam os objetivos de um EP, que envolvem desde a prospecção, captação, definição de escopo, planejamento, execução, controle, encerramento e transferência de conhecimentos de um projeto.

O EP apresenta-se como uma forma de articulação das diversas instâncias e representações do IFRS, percebendo as necessidades da comunidade e apresentando a esta, de forma sistêmica, soluções inovadoras em pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, no âmbito da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento integrado e sustentável dos diferentes territórios em que estão inseridas suas unidades (*campi*). O objetivo geral do EP é articular iniciativas e projetos com potencial de inovação tecnológica e social, bem como recursos técnicos, humanos e financeiros internos e externos ao IFRS, fomentando parcerias com instituições públicas e privadas para cooperação em projetos, programas e políticas de inovação para o desenvolvimento integrado em territórios locais, nacionais e internacionais. Como objetivos específicos, o EP busca:

- desenvolver uma estrutura organizacional no IFRS que funcione como articuladora das interações institucionais e interinstitucionais no âmbito da ciência, tecnologia e inovação;
- valorizar e articular as principais iniciativas que estabeleçam relações com a comunidade interna e externa para cooperação em projetos que almejam o desenvolvimento integrado em territórios locais, nacionais e internacionais;
- incentivar a criação nos *campi* de núcleos de empreendedorismo e inovação tecnológica e social;
- propor a criação de fóruns interinstitucionais de empreendedorismo e inovação tecnológica e social preocupados com o avanço das políticas de desenvolvimento integrado em seus territórios;
- apoiar a captação e prospecção de recursos e oportunidades, articulando parcerias com instituições públicas e privadas;
- desenvolver um conjunto de conhecimentos para planejamento, implantação, acompanhamento e prestação de contas de projetos.